

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber o caderno de provas e as folhas de respostas, preencha os campos de identificação do candidato.
2. Quando autorizado pelo chefe da sala, confira se o caderno contém: a) 40 (quarenta) questões objetivas corretamente numeradas de 1 a 40 e distribuídas da seguinte forma: 8 questões de Direito Constitucional, 4 questões de Direito Ambiental, 4 questões de Direito Civil, 6 questões de Direito Processual Civil, 8 questões de Direito Penal, 6 questões de Direito Processual Penal, 4 questões de Direito Administrativo; b) 01 (uma) questão subjetiva, que deverá ser respondida em caderno definitivo que será fornecido e deverá ter um mínimo de 50 (cinquenta) e máximo de 100 (cem) linhas.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
5. A duração da prova é de 5 (cinco) horas, das 8:00 às 13:00hs, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
6. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue as folhas de respostas.
7. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
8. A divulgação do gabarito e os prazos para interposição de recursos estão previstos no edital do concurso.

BOA PROVA!

IDENTIDADE

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questões 01 a 08 (8 questões)

Elaborador: Dr. Marcelo Alves Dias de Sousa

1. Aponte a opção ERRADA. De conformidade com a Constituição em vigor, no rol dos direitos fundamentais estão:

- a) plena liberdade de associação para fins lícitos;
- b) liberdade de consciência e crença.
- c) inviolabilidade do domicílio, salvo exceções expressamente estabelecidas;
- d) livre manifestação do pensamento, sem vedação ao anonimato;
- e) inviolabilidade do sigilo da correspondência e comunicações telegráficas;

2. Aponte a alternativa CORRETA:

- a) O Ministério Público Brasileiro tem garantias análogas às da magistratura como a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, mas não quaisquer vedações no exercício de suas funções institucionais como agentes políticos em defesa da sociedade;
- b) O Ministério Público Brasileiro tem, dentre suas funções institucionais, a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, e a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- c) O Poder Judiciário, segundo a Constituição de 1988, deverá preencher o quinto constitucional, em todos os Tribunais, com representantes do Ministério Público e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada;
- d) O Poder Judiciário é constituído, em todo o país, de Tribunais e Juízos da Justiça Federal e Estadual, especializada ou comum, sendo que apenas o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça têm jurisdição em todo o território nacional.
- e) O Poder Judiciário brasileiro, segundo a Constituição Federal de 1988, é formado, no âmbito federal, pelos Tribunais Superiores, Tribunal Federal de Recursos, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

3. No nosso sistema de governo federativo, republicano e presidencialista:

- a) os Ministros de Estado são nomeados pelo Presidente da República, após sabatina na Câmara dos Deputados;
- b) o Presidente da República é o Chefe do Governo, mas não o chefe de Estado, sendo essa prerrogativa atribuída a cada um dos governadores estaduais;
- c) o Ministro Chefe do Gabinete Cível é também designado, pela Constituição de 1988, Primeiro Ministro;
- d) compete ao Presidente da República, dentre outras inúmeras atribuições, vetar projetos de lei por inconstitucionalidade ou em razão do interesse público.
- e) os Ministros de Estado são nomeados pelo Presidente da República, após sabatina no Senado Federal;

4. Em conformidade com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) ao Ministério Público Federal, após a Emenda Constitucional 45/2004, incumbe fazer a defesa da União Federal em juízo;
- b) o Poder Legislativo brasileiro, a nível na União, é tripartido, ou seja, é formado pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados e pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.
- c) no que toca à atividade jurisdicional propriamente dita, o Poder Judiciário brasileiro tem como órgão de cúpula o Supremo Tribunal Federal, que é composto de 11 ministros;
- d) segundo a nossa Constituição Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados é o Presidente do Congresso Nacional;
- e) o Ministério Público brasileiro tem como princípios institucionais a independência funcional e administrativa de seus Membros, bem como a uniformidade e a indivisibilidade;

5. Na hipótese de falta de norma reguladora, que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á, em conformidade com o texto constitucional:

- a) ação popular;
- b) *habeas corpus*;
- c) mandado de injunção;
- d) mandado de segurança coletivo;
- e) *habeas data*;

6. Aponte a alternativa INCORRETA. São ações especificamente previstas, na Constituição Federal, para o controle concentrado de constitucionalidade das leis e atos normativos.

- a) ação direta de inconstitucionalidade;
- b) ação declaratória de constitucionalidade;
- c) ação direta de inconstitucionalidade por omissão;
- d) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
- e) ação rescisória de competência do Supremo Tribunal Federal;

7. Com fundamento no texto, hoje em vigor, da Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que:

- a) o princípio da publicidade dos atos processuais decorre do texto constitucional, o qual estabelece que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem e que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e seus advogados, ou somente a estes;

- b) o princípio do contraditório decorre da Constituição, a qual estabelece que, aos litigantes – em processo judicial ou administrativo – e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a esta inerentes;
- c) em face do princípio do contraditório, no processo civil o contraditório real é exigível. Nesse sentido, em todas as situações de revelia no direito brasileiro é obrigatória a destinação de curador especial pelo juiz.
- d) o princípio do juiz natural decorre da Constituição da República, a qual estabelece que não haverá juízo ou tribunal de exceção e que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
- e) a motivação dos atos jurisdicionais dá-se com a explicitação do nexos lógico entre as regras jurídicas utilizadas e a hipótese fática. É garantia das partes de que houve a efetiva ponderação de seus argumentos. Tal ilação decorre do texto constitucional, o qual fixa a obrigatoriedade de fundamentação das decisões emanadas dos órgãos do Poder Judiciário e da motivação das decisões administrativas dos tribunais;

8. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é possível o controle de constitucionalidade de uma lei ordinária perante um texto reformado da Constituição Federal, fruto de uma emenda constitucional.
- b) o Poder Constituinte derivado ou reformador, no Brasil, não é completamente livre para alterar, via emenda constitucional, a Constituição de 1988;
- c) chama-se de Constituinte o Poder que elabora ou reforma uma Constituição;
- d) não é possível o controle de constitucionalidade de uma lei complementar perante um texto reformado da Constituição Federal, fruto de uma emenda constitucional;
- e) segundo o Supremo Tribunal Federal, as emendas constitucionais estão sujeitas a controle de constitucionalidade;

DIREITO AMBIENTAL

Questões 09 a 12 (4 questões)

Elaborador: Dr. Paulo Sérgio Duarte da Rocha Jr.

9. Sobre o regramento constitucional do meio ambiente é INCORRETO se afirmar que:

- a) as condutas consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas ou, alternativamente, à reparação do dano causado;
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo;
- c) para assegurar efetividade ao direito do meio ambiente incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino;
- d) a localização de usinas que operam com reator nuclear será definida em lei federal;
- e) as terras devolutas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais são indisponíveis.

10. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a falta ou o descumprimento do licenciamento ambiental para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, serão sancionados com interdição, embargo ou demolição;
- b) compete exclusivamente ao órgão estadual do meio ambiente o licenciamento dos empreendimentos situados nas praias.
- c) o licenciamento, nas situações apontadas na alternativa "b", depende da prévia aprovação do estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental;
- d) a regularização fundiária de ocupação indígena em Unidade de Conservação depende da constituição de um Grupo de Trabalho, segundo determina a lei federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- e) as ilhas costeiras, baías, enseadas, praias, promontórios, costões e manguezais são alguns dos bens que devem receber prioridade da conservação e proteção, conforme a legislação federal;

11. Assinale a alternativa CORRETA. As áreas de preservação permanente:

- a) são previstas na lei em rol taxativo;
- b) abrangem apenas margens de rios e demais cursos d'água;
- c) deixam de sê-lo após a supressão da vegetação nativa;
- d) podem ser criadas pelos municípios;
- e) deixam de sê-lo quando incorporadas ao perímetro urbano por lei municipal.

12. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o licenciamento ambiental é atividade atribuída pela legislação apenas ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e aos órgãos ambientais estaduais;
- b) o estudo de impacto ambiental pode ser realizado juntamente com a implantação da obra potencialmente poluidora, desde que ela esteja sendo ambientalmente licenciada pelo órgão competente;
- c) a legislação não prevê, em rol taxativo ou exemplificativo, atividades que sempre devem ser objeto de estudo de impacto ambiental;
- d) o estudo de impacto ambiental é realizado pelo órgão ambiental incumbido do licenciamento, como condicionante deste;
- e) a legislação prevê o licenciamento ambiental sempre em um único nível de competência.

DIREITO CIVIL

Questões 13 a 16 (4 questões)

Elaborador: Dr. Ronaldo Pinheiro de Queiroz

13. É CORRETO afirmar que:

- a) são relativamente incapazes os que não puderem exprimir sua vontade por uma causa transitória;
- b) são relativamente incapazes todos os menores de 21 (vinte e um) anos;
- c) são absolutamente incapazes os pródigos e os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- d) são relativamente incapazes os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 21 (vinte e um) anos;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

14. Segundo a disciplina do novo Código Civil, estão sujeitos ao regime da curatela, EXCETO:

- a) o nascituro, se o pai falecer, estando grávida a mulher, e não tendo o poder familiar
- b) os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos
- c) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil
- d) os pródigos
- e) os filhos menores, com o falecimento dos pais

15. Julgue os itens abaixo, conforme regramento do Código Civil (Lei 10.406/2002):

I - o Código Civil reconhece a possibilidade de as pessoas jurídicas serem titulares de direitos da personalidade.

II - o incapaz não responde pelos prejuízos que causar decorrentes de ato ilícito, ainda que seus responsáveis não disponham de meios suficientes para reparar os danos.

III - em regra, a obrigação de reparar o dano decorrente de ato ilícito independe da existência de culpa.

IV - o Código Civil faz distinção expressa entre prescrição e decadência, estabelecendo que o juiz deve conhecer, de ofício, a decadência estabelecida por lei.

Estão CORRETOS APENAS os itens:

- a) I e IV
- b) I e II
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e III

16. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o Código Civil, ao tratar dos direitos da personalidade, estabelece um rol completo de suas espécies
- b) os direitos da personalidade dizem respeito à aptidão genérica das pessoas de serem titular de direitos e deveres na ordem civil

- c) a proteção que a lei civil defere ao nome não é extensível ao pseudônimo adotado para atividades lícitas
- d) é possível a tutela judicial dos direitos da personalidade de pessoa morta
- e) o consentimento do titular de direito da personalidade, em nenhuma hipótese, é válido para permitir limitação ao direito

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questões 17 a 22 (6 questões)

Elaborador: Dr. Marcelo Alves Dias de Sousa

17. A sentença concessiva de mandado de segurança:

- a) deve condenar em honorários
- b) reconhece a existência de direito líquido e certo do impetrado
- c) beneficia quem não foi parte no processo
- d) implica remessa necessária que suspenderá a execução do julgado
- e) implica remessa necessária

18. Em processo tramitando na Justiça Federal, se o autor não promover, no prazo assinado pelo Juiz, a citação do litisconsorte necessário:

- a) a matéria é controvertida
- b) suspende-se o curso da ação
- c) extingue-se o feito
- d) não é imprescindível a citação
- e) é suficiente a citação de um dos litisconsortes

19. Em ação civil pública ajuizada na Justiça Federal, o Juiz indeferiu o pedido de liminar. Dessa decisão é cabível, em tese, o seguinte recurso:

- a) agravo de instrumento
- b) agravo regimental
- c) recurso especial
- d) recurso extraordinário
- e) pedido de suspensão

20. A hipótese da tramitação contemporânea, pendente apenas de recurso extraordinário, de duas ações idênticas (ou seja, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir), configura caso de:

- a) litispendência;
- b) coisa julgada;
- c) caducidade;
- d) prescrição;
- e) perempção.

21. No que toca à incompetência absoluta, é possível afirmar:

- a) pode ser declarada de ofício;
- b) somente pode ser alegada via exceção;
- c) é afastada pela prevenção;
- d) enseja carência do direito de ação;
- e) não pode ser declarada de ofício;

22. Aponte a alternativa CORRETA:

- a) o princípio da unidade do Ministério Público significa que todos os seus membros devem adotar sempre o mesmo entendimento acerca da mesma matéria;
- b) o princípio da disponibilidade processual é caracterizado pela faculdade de a pessoa apresentar ou não sua pretensão em juízo, bem como apresentá-la da maneira que melhor lhe aprouver, admitindo-se até mesmo que a ela expressamente renuncie;
- c) o princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz independe, na instrução da causa, da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão;
- d) a existência de órgãos jurisdicionais especializados para o exercício da jurisdição civil e penal descaracteriza o unitarismo da jurisdição como poder estatal;
- e) o princípio da indeclinabilidade da jurisdição está previsto na CF, art. 5º, XXXV: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

DIREITO PENAL

Questão 23 a 30 (8 questões)

Elaborador: Dr. Ronaldo S. Chaves Fernandes

23. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todo crime possui objeto material.
- b) nem todo crime possui objeto jurídico.
- c) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a prolação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços).
- d) no direito penal pátrio, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de crimes ambientais, de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro nacional.
- e) segundo a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a instauração de ação penal contra governador de Estado deve ser precedida, necessariamente, da autorização da respectiva Assembléia Legislativa.

24. Mévio, cidadão brasileiro, passava férias em Nova York (Estados Unidos da América), quando se viu envolvido em briga, na qual matou um cidadão americano. Por esse crime, Mévio foi processado nos EUA, aplicando-se as leis daquele local. No final do processo, contudo, Mévio foi julgado inocente, obtendo sentença de absolvição pela morte do americano. Posteriormente, Mévio regressou para o Brasil. Com base nos dados fornecidos, segundo o Código Penal pátrio, afigura-se CORRETO afirmar que:

- a) Mévio poderá ser julgado no Brasil, uma vez que o fato também é punível no Brasil.
- b) Mévio poderá ser julgado no Brasil, desde que haja autorização dos EUA.
- c) Mévio poderá ser julgado no Brasil, de acordo com as leis brasileiras, já que ingressou no território nacional.
- d) Mévio não poderá ser julgado no Brasil, salvo se houver requisição do Ministro da Justiça.
- e) Mévio não poderá ser julgado no Brasil, pois foi absolvido nos EUA.

25. Sobre a Lei n.º 11.343/2006 (lei de drogas), com pertinência às afirmações abaixo assinale a alternativa CORRETA:

- I. há expressa vedação à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos no caso de crime de tráfico ilícito de drogas.
 - II. não configura crime oferecer droga a pessoa de seu relacionamento, desde que seja eventualmente e sem objetivo de lucro.
 - III. para configurar a transnacionalidade do crime de tráfico ilícito de drogas, é necessário que o agente consiga sair ou entrar no País com a droga.
 - IV. há expressa proibição de concessão de liberdade provisória no caso de crime de tráfico ilícito de drogas.
- a) somente II, III, e IV estão corretas.
 - b) somente I e IV estão corretas.
 - c) somente II e III estão corretas.
 - d) somente I, II e III estão corretas.
 - e) todas estão corretas.

26. “A criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico. Se outras formas de sanção ou outros meios de controle social revelarem-se suficientes para a tutela desse bem, a sua criminalização é inadequada e não recomendável.” A citação doutrinária acima representa o princípio:

- a) da intervenção mínima.
- b) da adequação social.
- c) da insignificância.
- d) da proporcionalidade.
- e) da culpabilidade.

27. Segundo o Código Penal pátrio, é CORRETO afirmar que:

- a) transitada em julgado a sentença condenatória, caso não haja o pagamento voluntário, o Ministério Público ingressará com execução, no prazo de 10 (dez) dias.
- b) a remição penal consiste em computar, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão temporária, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- c) com relação às penas restritivas de direitos, na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a 1 (um) ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.
- d) as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a 5 (cinco) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos.
- e) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.

28. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) consoante a Lei n.º 9.099/95 (juizados especiais), a suspensão condicional do processo não será oferecida se o acusado tiver contra si inquérito policial instaurado.
- b) é da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, na ação penal pública, o juiz pode oferecer a transação penal ex officio, sem a iniciativa do Ministério Público.
- c) na falsidade material, o documento é falsificado em sua substância, em seu conteúdo ideal.
- d) para efeitos penais, o conceito de funcionário público é igual ao que lhe dá o Direito Administrativo.
- e) no crime de moeda falsa, a falsificação grosseira, facilmente perceptível, não configura o delito, podendo, nesse caso, constituir crime de estelionato.

29. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o Código Penal pátrio pune a calúnia contra os mortos.
- b) não se configura o crime de furto no assenhoreamento de coisas abandonadas (*res derelictae*), nos termos do Código Civil.
- c) crime contra o sistema financeiro nacional, crime praticado por organização criminosa ou crime praticado por particular contra a administração pública estrangeira podem ser considerados “crimes antecedentes” para os fins da Lei n.º 9.613/98 (crimes de “lavagem” de dinheiro).
- d) a prescrição retroativa, modalidade de prescrição da pretensão punitiva, atinge a sentença condenatória e todos os seus efeitos, principal e secundários.
- e) consoante a Lei n.º 8.072/90 (crimes hediondos), em caso de crime hediondo, de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo, a pena será cumprida integralmente em regime fechado.

30. Epaminondas, estagiário da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, no primeiro dia de exercício, mediante ardil, subtrai uma filmadora da Procuradoria que estava em cima da mesa de um dos gabinetes, sem que ninguém percebesse sua atuação. Com base nos dados fornecidos, segundo o Código Penal pátrio, afigura-se CORRETO afirmar que:

- a) Epaminondas cometeu crime de peculato.
- b) Epaminondas cometeu crime de apropriação indébita.
- c) Epaminondas cometeu crime de estelionato.
- d) Epaminondas cometeu crime de furto.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questões 31 a 36 (6 questões)

Elaborador: Dr. Paulo S. Duarte da Rocha Jr.

31. São requisitos da denúncia:

- a) a qualificação do acusado, da vítima, a pena cominada e o valor da causa;
- b) a exposição do fato criminoso e a pena cominada;
- c) a qualificação do acusado, a classificação do crime e a pena cominada;
- d) a qualificação da vítima, a descrição da pena cominada e o valor da causa.
- e) a exposição do fato criminoso, a qualificação do acusado, a classificação do crime e, se for o caso, o rol de testemunhas;

32. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a Juiz Criminal não está sujeito a prazos processuais;
- b) o Tribunal do Júri é órgão exclusivo da Justiça Estadual;
- c) o Juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato;
- d) não há embargos declaratórios na 1ª Instância Criminal;
- e) o Ministério Público Federal será intimado dos atos processuais por intimação na imprensa;

33. Se o Procurador da República recebe um Inquérito Policial cujo indiciado é o Prefeito Municipal, deve:

- a) requerer ao Juiz Federal que remeta os autos ao Tribunal Regional Federal;
- b) pedir o arquivamento do Inquérito Policial;
- c) oferecer a denúncia imediatamente, face ao direito de prisão especial do Prefeito;
- d) remeter os autos ao Promotor de Justiça;
- e) remeter os autos ao Procurador Regional da República;

34. A respeito do arquivamento de inquérito policial, assinale a opção CORRETA:

- a) o Juiz, ao recusar o pedido de arquivamento, pode determinar o retorno dos autos a Polícia, para o prosseguimento das investigações;
- b) mesmo tendo-se convencido, sem margem a dúvida, da existência de uma causa excludente de ilicitude, não pode o Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial, por tratar-se de matéria de apreciação privativa do Poder Judiciário;
- c) cuidando-se de ação penal privada, o arquivamento do inquérito policial poderá dar-se, decorrido o prazo decadencial, sem necessidade de requerimento do ofendido ou de seu representante legal;
- d) há previsão legal para arquivamento do inquérito policial, *ex officio*, por despacho do Juiz, sem que haja necessidade de provocação do Ministério Público, desde que resulte evidenciada a inocência do indiciado;
- e) arquivado o inquérito policial por despacho do Juiz, em atendimento a requerimento do Ministério Público, é cabível ação penal subsidiária a que se reporta o artigo 29 do Código de Processo Penal.

35. Sobre o princípio do "estado de inocência" (art. 5º, LVII, da Constituição Federal), pode-se afirmar que:

- a) seu reconhecimento, na Constituição Federal de 1988, revogou as disposições que permitiam a prisão provisória;
- b) dele decorre que o réu não é obrigado a provar sua inocência, eis que cabe ao acusador comprovar sua culpa;
- c) o réu apenas deixa de ser considerado inocente a partir da prolação da sentença condenatória recorrível;
- d) ele impede que durante a instrução criminal o réu seja segregado por força de medida cautelar;
- e) dele decorre a lógica de que o réu não precisa provar sua inocência, isto é, há uma presunção *juris et de jure* de que ele é inocente;

36. Sobre os princípios no processo penal, é INCORRETO afirmar:

- a) o princípio do juiz natural se revela na garantia de que só podem exercer jurisdição os órgãos instituídos pela Constituição; ninguém pode ser julgado por órgão instituído após o fato; e entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem de competências;
- b) o contraditório possibilita tomar conhecimento das alegações da parte contrária, contra-alegar, contraditar as provas produzidas, contraprovar e tomar ciência dos autos e decisões judiciais para poder impugná-los;
- c) nas ações penais de iniciativa privada, vigora o princípio da indivisibilidade;
- d) em razão do princípio da isonomia, será legítima a desequiparação na ordem jurídica quando fundada e logicamente subordinada a um elemento discriminatório objetivamente aferível, que prestigie, com proporcionalidade, valores abrigados no texto constitucional;
- e) nos crimes que desafiam ação penal de iniciativa pública, tendo o Ministério Público, nas alegações finais, postulado a absolvição do réu, não poderá o juiz, nesse caso, prolatar sentença condenatória, sob pena de infringência ao princípio da correlação que deve haver entre os termos da acusação e a decisão final;

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questões 37 a 40 (4 questões)

Elaborador: Dr. Ronaldo Pinheiro de Queiroz

37. Sobre os princípios que informam a Administração Pública, é INCORRETO dizer:

- a) Pelo princípio da moralidade, o administrador deve se pautar não só pela lei, mas também pelos parâmetros da ética.
- b) O princípio da proporcionalidade não informa a Administração Pública.
- c) O princípio da publicidade admite exceções no sistema jurídico brasileiro.
- d) Pelo princípio da continuidade do serviço público, é vedado o direito de greve do servidor público.
- e) O princípio da impessoalidade diminui o âmbito de discricionariedade do administrador na nomeação para cargos comissionados.

38. Sobre o serviço público, é INCORRETO dizer:

- a) A atividade administrativa do Estado vai além da prestação de serviço público.
- b) O serviço público pode ser gratuito ou remunerado, mas, neste último caso, a administração deve se preocupar com o princípio da modicidade.
- c) O serviço público pode ter natureza social ou mesmo industrial ou comercial.
- d) A atividade de fomento é uma espécie do gênero serviço público.
- e) O serviço público deve ser prestado pelo Estado, mas pode ser delegado a particulares a sua execução.

39. Quanto ao regime jurídico das autarquias, é CORRETO afirmar que:

- a) não se confundem, em nenhuma hipótese, com as chamadas agências reguladoras;
- b) possuem regras diferenciadas de licitação, estabelecidas em seus estatutos;
- c) podem ser criadas sem especialização de seus fins, ou seja, não estão limitadas a exercer certas e determinadas atividades;
- d) devem ser criadas por lei, mas não possuem capacidade de auto-administração;
- e) são criadas para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei;

40. É dever do administrador público atuar segundo a lei, proibida sua atuação *contra legem* ou *extra legem*. Esse princípio do Direito Administrativo se denomina:

- a) moralidade;
- b) da reserva legal;
- c) da legalidade estrita;
- d) do condicionamento administrativo;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

PROVA SUBJETIVA: DISSERTAÇÃO

Discorra acerca da competência da Justiça Federal no Processo Penal.

Obs.: A resposta deverá ser dada na folha definitiva que será fornecida e deverá obedecer ao mínimo de 50 (cinquenta) e máximo de 100 (cem) linhas. Não será corrigida a folha de rascunho.